

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (MAIO/2007 A ABRIL/2008)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	694.230	134	694.364
Pessoal Ativo	467.441	97	467.538
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	4.608	5	4.613
Demais Despesas com Pessoal Ativo	462.833	92	462.925
Pessoal Inativo e Pensionistas	226.789	37	226.826
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	233.300	0	233.300
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	4.608		4.608
Despesas de Exercícios Anteriores	6.107		6.107
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	222.585		222.585
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	460.930	134	461.064
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			413.867.577
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,111371%	0,000032%	0,111404%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,239136%		989.706
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,227179%		940.221

FONTE: SIAFI e SOF/SECOF/TRT 4ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) No total do item "Pessoal Ativo", estão computados R\$ 3.375 mil referentes a Precatórios da Administração Direta e R\$ 1.233 mil referentes a Sentenças de Pequeno Valor (SPV), cuja dotação pertence ao orçamento deste Órgão.

3) Em atendimento à determinação contida no Acórdão 346/2006 – TCU – Plenário e Manual do RGF – 7ª edição, no total das despesas com Pessoal Ativo, não foram somados R\$ 4.099 mil de Precatórios da Administração Indireta, cuja dotação não pertence ao orçamento deste Órgão.

4) No período abrangido por este relatório, não houve despesas inscritas em Restos a Pagar classificadas nos elementos 08, 91 e 92 relativas a inativos e pensionistas.